



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2021/SMI-TP



MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

DATA DA LICITAÇÃO: 09/07/2021
HORA DA LICITAÇÃO: 09:00 HORAS
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, Estado do Ceará, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará na sede da comissão permanente de licitação, situada à Praça Elísio Aguiar, 141, Centro - CEP: 62.184-000 - CARIRÉ-CE, licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem parte integrante deste Edital, independente de transcrição os seguintes anexos:

- ANEXO I** - Modelo de apresentação de carta-proposta.
- ANEXO II** - Modelo de planilha de preços e cronograma físico-financeiro
- ANEXO III** - Minuta de contrato
- ANEXO IV** - Modelos de declarações;
- ANEXO V** - Projeto Básico, Orçamento Básico e Cronograma Físico-financeiro.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.1. Até às 09:00 horas, do dia 09/07/2021, no endereço Praça Elísio Aguiar, 141 - CEP: 62.184-000 - CARIRÉ-CE para entrega dos Envelopes n. 01, com os documentos de habilitação, e n. 02 com as propostas de Preços respectivamente, além das declarações complementares.

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. No dia, hora e lugar acima mencionado, no setor de licitações localizado no endereço supramencionado terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e propostas de preços, deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ DA EMPRESA)
(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA / CPF DO REPRESENTANTE)
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021/SMI-TP

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ DA EMPRESA)

(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA / CPF DO REPRESENTANTE)
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021/SMI-TP

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares.

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. OBJETO, VALOR ESTIMADO POR LOTES

4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na execução **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES AO ANEXO I DO EDITAL.**

4.2. Mediante o regime de execução indireta com empreitada por preço global, conforme

especificações constantes no Projeto Básico – ANEXO I, que é parte integrante deste Edital.

- 4.3. A presente licitação importa o valor global estimativo de **R\$ 202.584,77 (DUZENTOS E DOIS MIL, QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS)**.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

| FONTE PAGADORA | DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | ELEMENTO DE DESPESAS |
|-----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|----------------------------------|
| SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO | 06.01.1545115041.010 (PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS) | 4.4.90.51.00 (Obras Instalações) |

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e não esteja impedida de contratar com a administração.

6.2. Não poderão participar desta licitação:

- 6.2.1 Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 6.2.2 Não poderá participar desta licitação, empresas não cadastradas junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ ou que não atenderem ao cadastramento até o terceiro dia anterior a data do certame, conforme disposição contida no Artº 22, § 2º da Lei 8.666/93;
- 6.2.3 Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 6.2.4 Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 6.2.5 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- 6.2.6 Entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 6.2.7 Servidor ou dirigente do município de CARIRÉ ou responsável pela licitação;
- 6.2.8 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 6.2.9 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artº 9º da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Participarão desta, empresas pertencentes ao ramo de atuação consonante ao objeto licitado em momento, que esteja em situação regular junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ,

em relação à habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

- 7.2. Os interessados em participar do presente devem cadastrar-se junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ-CE até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, conforme dispõe o Art. 22, § 2º, Lei 8.666/93.
- 7.3. Relativamente à documentação referente à habilitação, o licitante deverá apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC, junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, emitido até o terceiro dia anterior a data da licitação (Art. 22, § 2º da Lei 8.666/93), bem como os seguintes documentos no envelope nº 1:

7.3.1. Habilitação jurídica:

- 7.3.1.1. Cédula de Identidade do(s) responsável (is) pelas licitantes;
- 7.3.1.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 7.3.1.3. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.3.1.4. Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 7.3.1.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 7.3.1.6. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 7.3.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 7.3.1.8. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

7.3.2. Regularidades fiscal e trabalhista:

- 7.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.3.2.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.3.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, através de certidão negativa de débitos junto ao setor competente.
- 7.3.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 7.3.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- 7.3.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.3.2.8. Caso o licitante vencedor seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.3.3. Qualificação Técnica:

- 7.3.3.1. Apresentação de um ou mais Atestados e/ou Declaração, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificado, em nome do licitante, relativo à execução serviço igual ou similar aos especificados no Anexo I deste edital.

7.3.3.1.1 O atestado de capacidade técnica deverá conter a execução de serviços de **PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)**, relativo à **quantidade mínima** de 876m²;

- 7.3.3.2. Inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA; e/ou Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais - CRT, e que comprove (m) atividade (s) relacionada (s) com o objeto.
- 7.3.3.3. Comprovação da licitante de possuir, em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional (is) de nível superior, profissional reconhecido (s) pelo CREA e/ou CRT, detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade técnica que comprove (m) ter o (s) profissional (is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, serviço (s) relativo (s) a atividade relacionada com o objeto. A comprovação de vínculo profissional será feita através de, no mínimo, um dos seguintes documentos:
- 1) Cópia autenticada da Carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante;
 - 2) Em se tratando de sócio ou diretor, através do estatuto ou contrato social atual e consolidado; ou
 - 3) Contrato de trabalho/prestação de serviços em que conste a licitante como contratante, com firma reconhecida;
- 7.3.3.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser feita diligências para dirimir quaisquer dúvidas inerentes a veracidade das informações prestadas.
- 7.3.3.5 Não serão aceitos atestados de Projeto, Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.
- 7.3.3.6 No caso de duas ou mais participantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, as mesmas serão INABILITADAS;

7.3.4 Qualificação econômico-financeira:

- 7.3.4.4 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede

do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

7.3.4.5 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.4.5.1 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.3.4.5.2 As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.3.4.5.3 A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

7.3.4.5.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.4 Todos os licitantes, cadastrados ou não, deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:

7.4.1 Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo ANEXO III;

7.4.2 Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos Anexos deste edital (art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93), conforme modelo ANEXO III;

- 7.5 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

- 8.1.1. a razão social e CNPJ da empresa licitante;
- 8.1.2. a assinatura do Responsável Legal ou signatário;
- 8.1.3. especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Anexo I deste edital;
- 8.1.4. o valor unitário e total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante no ANEXO IV;
- 8.1.5. Planilha com preços unitários que deram margem aos resultados apresentados na proposta, sem erros de arredondamentos;
- 8.1.6. Declaração que:

8.1.6.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.1.6.2. Declaração de que assume inteira responsabilidade pela execução dos serviços, objeto deste Edital, e que serão executados conforme exigência editalícia e contratual, e que serão iniciados imediatamente, a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02 e nº 03, procederá à abertura da licitação. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.1.1.1. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

9.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

9.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

9.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

9.4. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

- 9.4.1.** Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.
- 9.4.2.** Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes n° 02 Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.
- 9.5.** Ao licitante inabilitado será devolvido os respectivos Envelope n° 02, sem serem abertos, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.
- 9.6.** Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes n° 02 Proposta de Preços, respectivamente, dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- 9.6.1.** Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes n° 02 e Proposta de Preços, respectivamente, serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.
- 9.6.2.** Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 9.7.** As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 9.8.** Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 9.9.** Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 9.10.** Será considerado inabilitado o licitante que:
- 9.10.1.** Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007.
- 9.10.2.** Incluir a proposta de preços no Envelope n° 01.
- 9.11.** Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.12.** A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei n° 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

- 9.13. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 10.1. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.
- 10.2. As propostas de Preços serão avaliadas e classificadas em função dos documentos, informações e preços fornecidos pelas licitantes.
- 10.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.
- 10.5. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de notas obtidas.
- 10.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Se houver microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 10.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima do preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório em até 02 (dois) dias úteis.
- 10.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.
- 10.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.
- 10.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.
- 10.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 10.9.1. produzidos no País;
- 10.9.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 10.9.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

- 10.9.4. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 10.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.
- 10.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.
- 10.12. Será desclassificada a proposta que:
- 10.12.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 10.12.2. contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - 10.12.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;
 - 10.12.4. apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;
 - a) Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou (b) Valor orçado pela Administração.
 - b) Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.
- 10.13. *Também será desclassificada a proposta cujo preço orçado supere os preços de referência discriminados nos projetos anexos a este Edital.*
- 10.14. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.15. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.16. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.
- 10.17. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para adjudicação e homologação do resultado do certame pela autoridade.
- 10.18. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 10.19. O resultado do certame será divulgado no flanelógrafo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, bem como no portal de licitações dos municípios, junto ao sítio eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios ou ainda nos mesmos meios publicitários anteriormente utilizados (se for o caso).



11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.
- 11.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.
- 11.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ.
- 11.5. O recurso será dirigido a dita comissão, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13. DO TERMO DE CONTRATO

- 13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.
 - 13.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 - 13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), meio eletrônico ou ainda por publicação da convocação em imprensa oficial conforme mandamentos da Lei Orgânica Municipal, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
 - 13.1.3. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.2. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.

14. DO REAJUSTE

- 14.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção), ou IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) ou outro que vier a substituí-lo.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. O recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização se farão através de fiscal de contrato

e/ou servidor técnico de responsabilidade da Unidade de Origem que acompanhará cada etapa de execução atestando sua conclusão.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Projeto Básico.
- 16.2. Obriga-se a contratada ainda o atendimento 24hs por dia, devendo após conhecimento de fato resolver no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período desde que justificado e aceito pela contratada.

17. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

- 17.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 18.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.2. *O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.*
- 18.3. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.4. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- 18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta à débitos referentes a regularidade fiscal e trabalhista.
- 18.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



- 18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal e/ou trabalhista.
- 18.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente junto ao fisco.
- 18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 18.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:
- Advertência.
 - Multas de:
 - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da licitante VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE;
 - 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega do objeto contratual, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO do Município de Cariré, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos.
 - O valor da multa referida nesta cláusulas será descontado "ex-officio" da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO do Município de Cariré, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

20 DA IMPUGNAÇÃO

- 20.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 20.2 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 20.3 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes

da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

20.4 A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço, ou enviada para o endereço de e-mail.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.3 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

21.5 Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

21.7 É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.8 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

21.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

21.13 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

21.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.licitacoes.tce.ce.gov.br/ e também poderá ser lido e/ou obtido na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, no horário de 08:00 às 13:00hs, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.15 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será a Comarca de CARIRÉ, com exclusão de qualquer outro.

21.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos seu anexos.

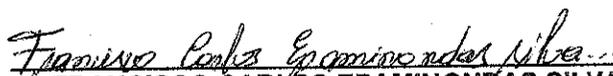
CARIRÉ- CE, 22 de JUNHO de 2021.



ARNOBIO DE AZEVEDO PEREIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação





FRANCISCO CARLOS EPAMINONDAS SILVA

Membro da CPL



THAYNARA MATIAS MAGALHÃES

Membro da CPL

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

ANEXO I – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE CARTA-PROPOSTA

Local e data

À
Prefeitura Municipal de Cariré
Comissão Permanente de Licitação.

REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 008/2021/SMI-TP

OBJETO:

Prezados(as) Senhores(as),

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para o objeto do Edital de **TOMADA DE PREÇOS N° 008/2021/SMI-TP**, pelo **PREÇO GLOBAL** de R\$ _____ (_____), conforme tabela resumo abaixo, com prazo de execução de até **90 (noventa) dias**.

| Resumo das Obras | | |
|------------------|----------------------|-----------|
| Lote | Obras | Vr. Total |
| | | |
| | | |
| | Preço Global: | |

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade n°. _____ e CPF n°. _____, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de **60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data da abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços objeto deste Edital e que serão executados conforme exigência editalícia e contratual, e que serão iniciados dentro do prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

Atenciosamente,

Carimbo da Empresa e assinatura do(a) representante.





ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº «Nº_CONTRATO»

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ, ATRAVÉS
DA «SECRETARIA» E A EMPRESA «EMPRESA».



A Prefeitura Municipal de CARIRÉ, pessoa jurídica de direito público interno, através da «SECRETARIA», em sua sede na Praça Elísio Aguiar, nº141, Centro - CEP: 62.184-000, CARIRÉ-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.598.600/0001-42, neste ato representado pela Sr(a). «GESTOR» inscrito no CPF nº «CPF_GESTOR», doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA «EMPRESA» inscrita no CNPJ/MF sob o nº «CNPJ_EMPRESA», sediada na «ENDEREÇO DA EMPRESA», doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr(a). «REPRESENTANTE», portador da Carteira de Identidade nº «ID_REPRESENTANTE», expedida pelo SSPDS, e CPF nº «CPF_REPRESENTANTE», tendo em vista o que consta no Processo nº «Nº_PROCESSO» e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da «MODALIDADE» nº «Nº_PROCESSO», mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a «OBJETO», que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório da «MODALIDADE» Nº «Nº_PROCESSO» e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da Contratação:

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de assinatura, transcorrendo por «DURAÇÃO_CONTRATO», conforme cronograma físico-financeiro. Com vigência até o dia «VIGÊNCIA_CONTRATO».

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

2.3. A execução dos serviços será iniciada após emissão de ordem de serviço, com observância ao cronograma fixado no Projeto Básico.

2.4. Os prazos contratuais extinguem-se em harmonia com os prazos estipulados para execução, devendo atentar-se ao subitem 2.4 quanto a prorrogações, bem como aos ditames legais da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de «VALOR_CONTRATO».

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do INCC (Índice

Nacional de Custos da Construção), e do segundo o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) ou outro que vier a substituí-lo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de CARIRÉ, para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

| DOTAÇÃO | FONTE DE RECURSOS | ELEMENTO DE DESPESAS |
|-----------|-------------------|----------------------|
| «DOTAÇÃO» | «FONTE» | «ELEMENTO DE DESP» |

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
FI. 44
P.M. CARIRÉ

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. A disciplina inerente ao controle e fiscalização da execução contratual será desempenhada pelo Sr(a). «FISCAL», inscrito no CPF: «CPF_FISCAL».

7. CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Edital e na proposta da contratada.

9. CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

11.3. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

11.4. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto n. 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.



11.5. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. A disciplina inerente ao recebimento do objeto é aquela prevista no Projeto Básico, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos mesmos meios publicitários que circularam a divulgação da «MODALIDADE» «Nº_PROCESSO», no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será a Comarca de CARIRÉ - CE.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CARIRÉ – CE, «DATA_DO_CONTRATO»

«GESTOR»
ORDENADOR(A) DE DESPESAS DA
«SECRETARIA»
CONTRATANTE

«EMPRESA»
CNPJ: «CNPJ_EMPRESA»
Sr(a). «REPRESENTANTE»
CPF: nº «CPF_REPRESENTANTE»



CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF nº:

2. _____

Nome:

CPF nº:



[Handwritten signatures]

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES

MODELO I

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei, que não executamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de dezoito anos e de qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____, ____ de _____ de 2021

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

MODELO II

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Cariré, Estado do Ceará, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos serviços a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____, ____ de _____ de 2021

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.



MODELO III

DECLARAÇÃO



(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Cariré, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ de _____ de 2021.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.

MODELO IV

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Cariré, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ de _____ de 2021.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.



ANEXO - V

- 01. PROJETO BÁSICO**
(Memoriais descritivos, justificativas técnicas)

- 02. ORÇAMENTO BÁSICO**
(Planilha orçamentária)

- 03. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**
(Cronograma de execução da obra e do desembolso financeiro).

- 04. PLANTAS**
(Plantas).





PREFEITURA DE
CARIRÉ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
E DESENVOLVIMENTO



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA DE RUAS DIVERSAS
LOCAL: BAIRRO JAPÃO
ENGENHEIRO RESPONSÁVEL: IGNÁCIO COSTA FILHO
ART Nº: CE20200599839

RNP: 060415087-3

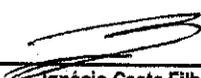
DATA: 15/06/2021

TABELA: SEINFRA.27.1

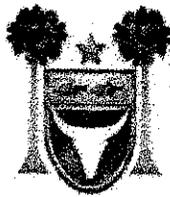
BDI: 25,44%

| ITEM | FORTE | CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | UN. | QUANT. | Valor Unitário | Valor Unit c/bdi | Valor TOTAL |
|-------------------------------------------|---------|--------|-------------------------------------------------------------------|-----|----------|----------------|------------------|-------------------|
| ORÇAMENTO | | | | | | | | |
| 1 SERVIÇOS PRELIMINARES 1.214,71 | | | | | | | | |
| 1.1 | SEINFRA | C1937 | PLACAS PADRÃO DE OBRA | M2 | 3,00 | 151,47 | 190,00 | 570,00 |
| 1.2 | SEINFRA | C2873 | LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2) | M2 | 1.953,68 | 0,26 | 0,33 | 644,71 |
| 2 MOVIMENTO DE TERRA 4.682,33 | | | | | | | | |
| 2.1 | SEINFRA | C3233 | REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO | M2 | 1.753,68 | 2,13 | 2,67 | 4.682,33 |
| 3 PAVIMENTAÇÃO 194.109,82 | | | | | | | | |
| 3.1 | SEINFRA | C3449 | MEIO FIO PRÉ MOLDADO (0,07x0,30x1,00)m C/REJUNTAMENTO | M | 443,73 | 22,28 | 27,95 | 12.402,25 |
| 3.2 | SEINFRA | C0836 | CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL | M3 | 23,56 | 404,80 | 507,77 | 11.963,06 |
| 3.3 | SEINFRA | C4301 | FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA | M2 | 55,47 | 117,27 | 147,10 | 8.159,64 |
| 3.4 | SEINFRA | C2895 | PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) | M2 | 1.753,68 | 55,65 | 69,81 | 122.424,40 |
| 3.4 | SEINFRA | C3347 | ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:4) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS | M3 | 74,11 | 421,26 | 528,41 | 39.160,47 |
| 4 SERVIÇOS COMPLEMENTARES 2.577,91 | | | | | | | | |
| 4.1 | SEINFRA | C3447 | LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA | M2 | 1.753,68 | 1,17 | 1,47 | 2.577,91 |
| VALOR GLOBAL | | | | | | | | 202.584,77 |

Importa o presente orçamento a quantia supra de R\$ 202.584,77 (Duzentos e Dois Mil Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Setenta e Sete Centavos)



Ignácio Costa Filho
Eng. Civil
Rnp: 0604150873



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA DE RUAS DIVERSAS
LOCAL: BAIRRO JAPÃO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACAS PADRÃO DE OBRA

| | | | | | | | | | |
|---|---------|---|--------|---|--------|---|------|----------------|-----|
| ▶ | Largura | x | Altura | x | Quant. | = | Área | | OBS |
| ▶ | 2,00 | x | 1,50 | x | 1,00 | = | 3,00 | m ² | |
| | | | | | Total | = | 3,00 | m ² | |

LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2)

| | | | | | | | | | |
|---|--------|---|--------|---|--------|---|----------|----------------|-----|
| ▶ | ÁREA | + | ÁREA | + | ÁREA | = | Área | | OBS |
| ▶ | 535,59 | + | 209,16 | + | 291,73 | = | 1.036,48 | m ² | |
| ▶ | 200,00 | + | 717,20 | + | 0,00 | = | 917,20 | m ² | |
| | | | | | Total | = | 1.953,68 | m ² | |

MOVIMENTO DE TERRA

REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO

| | | | | | | | | | |
|---|--------|---|--------|---|--------|---|----------|----------------|-----|
| ▶ | ÁREA | + | ÁREA | + | ÁREA | = | Área | | OBS |
| ▶ | 535,59 | + | 209,16 | + | 291,73 | = | 1.036,48 | m ² | |
| ▶ | 717,20 | + | 0,00 | + | 0,00 | = | 717,20 | m ² | |
| | | | | | Total | = | 1.753,68 | m ² | |

PAVIMENTAÇÃO

MEIO FIO PRÉ MOLDADO (0,07x0,30x1,00)m C/REJUNTAMENTO

| | | | | | |
|---|---------|---|---------|---|-----|
| ▶ | Comprim | = | Comprim | | OBS |
| ▶ | 443,73 | = | 443,73 | m | |
| | Total | = | 443,73 | m | |

CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL

| | | | | | |
|---|--------|---|--------|----------------|-----|
| ▶ | Volume | = | Volume | | OBS |
| ▶ | 23,56 | = | 23,56 | m ³ | |
| | Total | = | 23,56 | m ³ | |

FORMA PARA CONCRETO "IN LOCO", INCLUSIVE DESFORMA

| | | | | | |
|---|-------|---|-------|----------------|-----|
| ▶ | ÁREA | = | Área | | OBS |
| ▶ | 55,47 | = | 55,47 | m ² | |
| | Total | = | 55,47 | m ² | |

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO)

| | | | | | | | | | |
|---|--------|---|--------|---|--------|---|----------|----------------|-----|
| ▶ | ÁREA | + | ÁREA | + | ÁREA | = | Área | | OBS |
| ▶ | 535,59 | + | 209,16 | + | 291,73 | = | 1.036,48 | m ² | |
| ▶ | 717,20 | + | 0,00 | + | 0,00 | = | 717,20 | m ² | |
| | | | | | Total | = | 1.753,68 | m ² | |

ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:4) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS

| | | | | | | | | | | | |
|---|-----------|---|---------|---|--------|---|--------|---|--------|----------------|-----|
| ▶ | Perímetro | x | Largura | x | Altura | x | Quant. | = | Volume | | OBS |
| | 494,05 | x | 1,00 | x | 0,15 | x | 1,00 | = | 74,11 | m ³ | |
| | | | | | | | Total | = | 74,11 | m ³ | |

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA

| | | | | | | | | | |
|---|--------|---|--------|---|--------|---|----------|----------------|-----|
| ▶ | ÁREA | + | ÁREA | + | ÁREA | = | Área | | OBS |
| ▶ | 535,59 | + | 209,16 | + | 291,73 | = | 1.036,48 | m ² | |
| ▶ | 717,20 | + | 0,00 | + | 0,00 | = | 717,20 | m ² | |
| | | | | | Total | = | 1.753,68 | m ² | |

Ignácio Costa Filho
Eng. Civil
Rnp: 0604150873



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA DE RUAS DIVERSAS
 LOCAL: BAIRRO JAPÃO

| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | ORÇAMENTO ESTIMADO EM ANEXO | | | | | | TOTAL |
|----------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------|---------------|-------------------|----------------|-------------------|-------|
| | | 30 DIAS | | 60 DIAS | | 90 DIAS | | |
| | | % | VALOR | % | VALOR | % | VALOR | |
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 100,00% | 1.214,71 | - | - | - | 1.214,71 | |
| 2 | MOVIMENTO DE TERRA | 100,00% | 4.682,33 | - | - | - | 4.682,33 | |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO | 30,00% | 58.232,95 | 40,00% | 77.643,93 | 90,00% | 194.109,82 | |
| 4 | SERVIÇOS COMPLEMENTARES | - | - | - | - | 100,00% | 2.577,91 | |
| TOTAL PARCIAL | | 31,66% | 64.729,99 | 38,33% | 77.643,93 | 30,02% | 60.810,88 | |
| TOTAL GERAL | | 31,66% | 64.729,99 | 68,98% | 141.713,91 | 100,00% | 202.584,77 | |

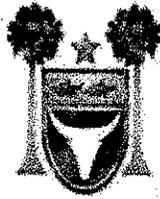


Ignácio Costa Filho
 Eng. Civil
 RNP 0604150873

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



**PREFEITURA DE
CARIRÉ**
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
E DESENVOLVIMENTO



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA DE RUAS DIVERSAS
LOCAL: BAIRRO JAPÃO

| COMPOSIÇÃO DE BDI | | |
|-------------------|--------------------------------------------------|---------------|
| COD | DESCRIÇÃO | % |
| | Despesas Indiretas | |
| AC | Administração central | 3,80 |
| DF | Despesas financeiras | 1,02 |
| R | Riscos | 0,50 |
| | | |
| | Benefício | |
| S + G | Garantia/seguros | 0,32 |
| L | Lucro | 6,64 |
| | | |
| I | Impostos | 10,15 |
| | PIS | 0,65 |
| | COFINS | 3,00 |
| | ISS | 2,00 |
| | CPRB (2%, Apenas quando tiver desoneração INSS) | 4,50 |
| | TOTAL DOS IMPOSTOS | 10,15 |
| | | |
| | BDI = | 25,44% |

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$


Ignácio Costa Filho
Eng. Civil
Rnp: 0604150873





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA DE RUAS DIVERSAS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA (COM DESONERAÇÃO)

| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | HORISTA | MENSALISTA |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| | | % | % |
| GRUPO A | | | |
| A1 | INSS | 0,00 | 0,00 |
| A2 | SESI | 1,50 | 1,50 |
| A3 | SENAI | 1,00 | 1,00 |
| A4 | INCRA | 0,20 | 0,20 |
| A5 | SEBRAE | 0,60 | 0,60 |
| A6 | Salário Educação | 2,50 | 2,50 |
| A7 | Seguro Contra Acidentes de Trabalho | 3,00 | 3,00 |
| A8 | FGTS | 8,00 | 8,00 |
| A9 | SECONCI | 0,00 | 0,00 |
| A | Total dos Encargos Sociais Básicos | 16,80 | 16,80 |
| GRUPO B | | | |
| B1 | Repouso Semanal Remunerado | 17,84 | 0,00 |
| B2 | Feriados | 3,71 | 0,00 |
| B3 | Auxílio-Enfermidade | 0,87 | 0,67 |
| B4 | 13º Salário | 10,80 | 8,33 |
| B5 | Licença Paternidade | 0,07 | 0,06 |
| B6 | Faltas Justificadas | 0,72 | 0,56 |
| B7 | Dias de Chuva | 1,55 | 0,00 |
| B8 | Auxílio Acidente de Trabalho | 0,11 | 0,08 |
| B9 | Férias Gozadas | 8,71 | 6,73 |
| B10 | Salário Maternidade | 0,03 | 0,03 |
| B | Total dos Encargos Sociais que recebem incidências de A | 44,41 | 16,46 |
| GRUPO C | | | |
| C1 | Aviso Prévio Indenizado | 5,40 | 4,17 |
| C2 | Aviso Prévio Trabalhado | 0,13 | 0,10 |
| C3 | Férias Indenizadas | 4,85 | 3,75 |
| C4 | Depósito Rescisão sem Justa Causa | 3,90 | 3,01 |
| C5 | Indenização Adicional | 0,45 | 0,35 |
| C | Total dos Encargos Sociais que não recebem incidências de A | 14,73 | 11,38 |
| GRUPO D | | | |
| D1 | Reincidência de Grupo A sobre Grupo B | 7,46 | 2,77 |
| D2 | Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência | 0,45 | 0,35 |
| D | Total de Reincidências de um grupo sobre o outro | 7,91 | 3,12 |
| TOTAL (A + B + C + D + E) | | 83,85 | 47,76 |

Ignácio Costa Filho
Eng. Civil
Rnp: 0604150873

(Handwritten signatures)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – CE.
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA
LOCAL: RUAS DO BAIRRO JAPÃO

MEMORIAL DESCRITIVO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O projeto de pavimentação aqui proposto segue o padrão urbanístico adotado pela Prefeitura Municipal de Cariré. As vias (Ruas) do projeto, distintas, foram desmembradas em trechos gráficos para melhor entendimento de suas características. Os trabalhos a serem executados terão características adaptadas a formação do leito das vias, por se tratar de terrenos inclinados e passíveis de consideráveis volumes de águas pluviais causadores de erosões longitudinais. Em razão disso, a pavimentação de pedra tosca, assentada em lastro de areia de 0,06m devidamente adensado, será rejuntada com argamassa de cimento e areia traço 1:2 e áreas de sarjetas, com largura de 1,00m, serão de pedra argamassada com espessura de 0,15m, apoiadas nos meios-fios. O trecho 2, sendo excessivamente inclinado, sem condição de trafegabilidade, será urbanizado para pedestres, com degraus de concreto não estrutural conforme o projeto. O trecho 3, sendo relativamente plano será rejuntado com argamassa de cimento e areia, porém não terá sarjeta de pedra argamassada. As pistas (Ruas) de rolamento deste projeto, com dimensionamentos variados, têm drenagem transversal de 3% em relação eixo-bordo. Essa drenagem fará escoamento de águas pluviais dirigidas para os bordos onde terá sarjetas de pedra argamassada como ficou acima citadas.

Os trabalhos que antecedem os serviços de pavimentação poliédrica (calçamento-base) se compreende a conformação do subleito através de procedimentos compensatórios e/ou corte e aterro com moto niveladora, até 0,20m de espessura, com revolvimento, umedecimento até a umidade ótima e compactação 95% PN. Esse trabalho de conformação do subleito será executado com o próprio material da regularização, onde tem a finalidade de se adequar aos elementos geométricos do pavimento final ou superior projetado.

O trecho-5 terá adição de material de jazida, com 0,70m de altura no início e zero altura no final, com os mesmos critérios de execução acima citados, tais como umedecimento, revolvimento e compactação a 95% PN. Os demais trechos não terão adição de material. O final dos trechos 4 e 5 terão em sentido transversal, meios-fios de concreto niveladas ao pavimento, com o objetivo de fazer ancoragem ao conjunto.

2. PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA (PEDRA DE MÃO)

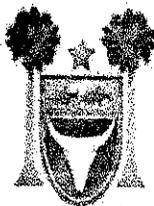
O método a ser empregado é o método do CBR – Índice de Suporte Califórnia, utilizando-se para o cálculo da espessura do pavimento a expressão a seguir, tomando-se o valor de carga plena por roda dos eixos simples, duplos e triplos.

$$e = \frac{100 + 150\sqrt{P}}{CBR + 5}, \text{ onde:}$$

e = espessura total do pavimento, em cm;

P = carga por roda do eixo do projeto, em tonelada;

CBR = Índice de Suporte Califórnia do subleito, em %.



**PREFEITURA DE
CARIRÉ**
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
E DESENVOLVIMENTO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – CE.
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO
PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO URBANA
LOCAL: RUAS DO BAIRRO JAPÃO**

MEMORIAL DESCRITIVO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O projeto de pavimentação aqui proposto segue o padrão urbanístico adotado pela Prefeitura Municipal de Cariré. As vias (Ruas) do projeto, distintas, foram desmembradas em trechos gráficos para melhor entendimento de suas características. Os trabalhos a serem executados terão características adaptadas a formação do leito das vias, por se tratar de terrenos inclinados e passíveis de consideráveis volumes de águas pluviais causadores de erosões longitudinais. Em razão disso, a pavimentação de pedra tosca, assentada em lastro de areia de 0,06m devidamente adensado, será rejuntada com argamassa de cimento e areia traço 1:2 e áreas de sarjetas, com largura de 1,00m, serão de pedra argamassada com espessura de 0,15m, apoiadas nos meios-fios. O trecho 2, sendo excessivamente inclinado, sem condição de trafegabilidade, será urbanizado para pedestres, com degraus de concreto não estrutural conforme o projeto. O trecho 3, sendo relativamente plano será rejuntado com argamassa de cimento e areia, porém não terá sarjeta de pedra argamassada. As pistas (Ruas) de rolamento deste projeto, com dimensionamentos variados, têm drenagem transversal de 3% em relação eixo-bordo. Essa drenagem fará escoamento de águas pluviais dirigidas para os bordos onde terá sarjetas de pedra argamassada como ficou acima citadas.

Os trabalhos que antecedem os serviços de pavimentação poliédrica (calçamento-base) se compreende a conformação do subleito através de procedimentos compensatórios e/ou corte e aterro com moto niveladora, até 0,20m de espessura, com revolvimento, umedecimento até a umidade ótima e compactação 95% PN. Esse trabalho de conformação do subleito será executado com o próprio material da regularização, onde tem a finalidade de se adequar aos elementos geométricos do pavimento final ou superior projetado.

O trecho-5 terá adição de material de jazida, com 0,70m de altura no início e zero altura no final, com os mesmos critérios de execução acima citados, tais como umedecimento, revolvimento e compactação a 95% PN. Os demais trechos não terão adição de material. O final dos trechos 4 e 5 terão em sentido transversal, meios-fios de concreto niveladas ao pavimento, com o objetivo de fazer ancoragem ao conjunto.

2. PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA (PEDRA DE MÃO)

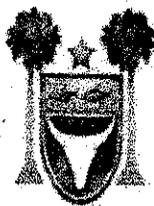
O método a ser empregado é o método do CBR – Índice de Suporte Califórnia, utilizando-se para o cálculo da espessura do pavimento a expressão a seguir, tomando-se o valor de carga plena por roda dos eixos simples, duplos e triplos.

$$e = \frac{100 + 150\sqrt{P}}{CBR + 5}, \text{ onde:}$$

e = espessura total do pavimento, em cm;

P = carga por roda do eixo do projeto, em tonelada;

CBR = Índice de Suporte Califórnia do subleito, em %.



3. TÁFEGO

O tráfego em operação nas vias deverá respeitar os limites legais de Peso Bruto Total, regidos pelos decretos Nºs 62.127 e 82.925 de 16/01/68 e 21/12/78, respectivamente, quais sejam:

CARGAS MÁXIMAS EFETIVAS POR EIXO E PESO BRUTO TOTAL (PBT)

| EIXO | CARGA MÁXIMA (t) | TOLERÂNCIA DE 5% | |
|--------------------|------------------|------------------|---------|
| | | POR EIXO (t) | PBT (t) |
| Eixo Simples | 10,00 | 11,00 | 15,75 |
| Eixo Toudem Duplo | 17,00 | 18,00 | 23,10 |
| Eixo Toudem Triplo | 25,50 | 27,50 | 49,88 |

As cargas afetivas por conjunto de rodas e cargas de projeto são dadas pela tabela abaixo:

| EIXO | CARGA MÁXIMA (t) (5% de Tolerância) | CARGA PARA CONJUNTO DE RODAS (t) | CARGA DE PROJETO (P) |
|---------|----------------------------------------|----------------------------------|----------------------|
| Simples | 11 | 5,5 | |
| Duplo | 18 | 4,5 | 5,5 |
| Triplo | 27 | 4,5 | |

4. SUPORTE DO SUBLEITO

Dos estudos geotécnicos obteve-se o CBR médio do subleito de 13%.

5. DIMENSIONAMENTO

$$e = \frac{100 + 150\sqrt{P}}{CBR + 5}, \text{ onde}$$

$$e = \frac{100 + 150\sqrt{5.5}}{13 + 5} \quad e = 25\text{cm}$$

6. SOLUÇÃO DO PROJETO EM PEDRA TOSCA

- Revestimento em pedras poliédricas assente sobre colchão de areia com 6,0cm de espessura;
- Regularização do subleito em toda a largura projetada.

7. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto será apresentado em pranchas (desenhos) com plantas e seções transversais projetadas com os detalhes da estrutura do pavimento a ser implantado, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e memória de cálculos.



8. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO

É a operação destinada a conformar o leito das vias, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes e/ou aterros até 0,20m de espessura, devidamente compactado e geometricamente adequado para recebimento da estrutura poliédrica. A regularização será executada prévia e isoladamente da construção de outra camada do pavimento.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização serão os próprios do subleito.

EQUIPAMENTOS

São indicados para execução da regularização, os tipos de equipamentos a seguir discriminados:

- Motoniveladora com escarificador;
- Carro tanque distribuidor de água;
- Rolo compactador pé -de- carneiro;
- Grade de disco.

9. EXECUÇÃO

Toda a vegetação e material orgânico serão previamente removidos.

Após essa limpeza será realizada uma escarificação geral na profundidade de 0,20m, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento. O grau de compactação deverá ser de 95% em relação a massa específica aparente seca, com teor de umidade ótima.

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA GENERALIDADES

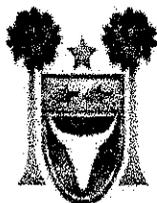
Esta especificação trata da construção de pavimento em pedra tosca (pedra de mão), de acordo com o projeto apresentado.

As rochas das quais se pretende extrair a pedra deverão ser de textura média ou fina, homogênea, sem fendilhamentos e alterações, além de apresentarem condições satisfatórias de dureza e tenacidade.

As pedras serão assentadas sobre colchão de areia previamente espalhado e adensado, obedecendo ao abaulamento estabelecido pelo projeto (3%). As juntas das pedras deverão ser alternadas com relação às fiadas vizinhas, de tal maneira que cada junta fique em frente a pedra adjacente dentro do seu terço médio. Uma vez assentes as pedras pelo calceteiro, deverão ser comprimidas com compactador tipo sapo ou, então quando não se dispuser desse equipamento, usar maço que consta de um soquete manual de peso mínimo igual a 35kg e cuja base tenha o diâmetro de 40 a 50cm. As juntas das pedras serão rejuntadas com argamassa de cimento/areia traço 1:2. No final dos bordos (sarjeta), com largura de 1,00m a partir do meio-fio, o pavimento será de pedra argamassada traço 1:4.

A areia para o colchão deverá ser de rio ou de cava, obedecendo a seguinte granulometria:

| Peneira | Abertura(mm) | Porcentagem que passa |
|---------------|--------------|-----------------------|
| 36,35,100 200 | 0,074 | 1 - 15 |



**8. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS
REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO**

É a operação destinada a conformar o leito das vias, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes e/ou aterros até 0,20m de espessura, devidamente compactado e geometricamente adequado para recebimento da estrutura poliédrica.

A regularização será executada prévia e isoladamente da construção de outra camada do pavimento.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização serão os próprios do subleito.

EQUIPAMENTOS

São indicados para execução da regularização, os tipos de equipamentos a seguir discriminados:

- a) Motoniveladora com escarificador;
- b) Carro tanque distribuidor de água;
- c) Rolo compactador pé -de- carneiro;
- d) Grade de disco.

9. EXECUÇÃO

Toda a vegetação e material orgânico serão previamente removidos.

Após essa limpeza será realizada uma escarificação geral na profundidade de 0,20m, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento. O grau de compactação deverá ser de 95% em relação a massa específica aparente seca, com teor de umidade ótima.

PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA

GENERALIDADES

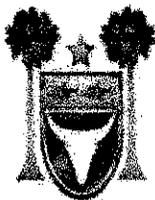
Esta especificação trata da construção de pavimento em pedra tosca (pedra de mão), de acordo com o projeto apresentado.

As rochas das quais se pretende extrair a pedra deverão ser de textura média ou fina, homogênea, sem fendilhamentos e alterações, além de apresentarem condições satisfatórias de dureza e tenacidade.

As pedras serão assentadas sobre colchão de areia previamente espalhado e adensado, obedecendo ao abaulamento estabelecido pelo projeto (3%). As juntas das pedras deverão ser alternadas com relação às fiadas vizinhas, de tal maneira que cada junta fique em frente a pedra adjacente dentro do seu terço médio. Uma vez assentes as pedras pelo calceteiro, deverão ser comprimidas com compactador tipo sapo ou, então quando não se dispuser desse equipamento, usar maço que consta de um soquete manual de peso mínimo igual a 35kg e cuja base tenha o diâmetro de 40 a 50cm. A juntas das pedras serão rejuntadas com argamassa de cimento/areia traço 1:2. No final dos bordos (sarjeta), com largura de 1,00m a partir do meio-fio, o pavimento será de pedra argamassada traço 1:4.

A areia para o colchão deverá ser de rio ou de cava, obedecendo a seguinte granulometria:

| Peneira | Abertura(mm) | Porcentagem que passa |
|---------------|--------------|-----------------------|
| 36,35,100 200 | 0,074 | 1 - 15 |



**PREFEITURA DE
CARIRÉ**
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
E DESENVOLVIMENTO



Essa camada de areia deverá ser usada como lastro de suporte do pavimento de pedra tosca (pedra de mão).

10. MEIO-FIO

Para o assentamento de meios-fios, será procedida à abertura de valas, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas no projeto. O fundo da vala, depois de aberto, deverá ser regularizado e apiloado.

Os meios-fios serão rejuntados com argamassa de cimento e areia, com dosagem em volume de 1:2. Concluído o assentamento, o material escavado da vala deverá ser repostado e apiloado. Os meios-fios, depois de assentados, não deverão apresentar desvio superior a 20mm, tanto em relação ao alinhamento como ao perfil estabelecidos. Os meios-fios quando instalados, serão pintados com supercal, em duas demãos.

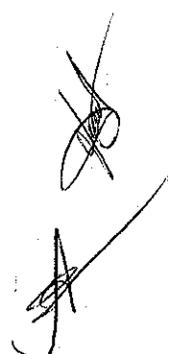
O meio-fio será constituído em concreto, de resistência mínima a compressão de 28 dias, de 300kg/cm², obtida por métodos estatísticos e consumo mínimo de 350kg/m³ de cimento. Deverão ter faces planas e retangulares, com dimensões conforme o projeto.

11. SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

A firma empreiteira obriga-se a locar os serviços de acordo com os projetos, cabendo à Prefeitura (Fiscalização) fazer as verificações a fim de observar o real cumprimento das determinações contidas no projeto.

Cariré, 15 de Junho de 2021


Ignácio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNO: 060415087-3

Essa camada de areia deverá ser usada como lastro de suporte do pavimento de pedra tosca (pedra de mão).

10. MEIO-FIO

Para o assentamento de meios-fios, será procedida à abertura de valas, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas no projeto. O fundo da vala, depois de aberto, deverá ser regularizado e apiloado.

Os meios-fios serão rejuntados com argamassa de cimento e areia, com dosagem em volume de 1:2. Concluído o assentamento, o material escavado da vala deverá ser repostado e apiloado. Os meios-fios, depois de assentados, não deverão apresentar desvio superior a 20mm, tanto em relação ao alinhamento como ao perfil estabelecidos. Os meios-fios quando instalados, serão pintados com supercal, em duas demãos.

O meio-fio será constituído em concreto, de resistência mínima a compressão de 28 dias, de 300kg/cm², obtida por métodos estatísticos e consumo mínimo de 350kg/m³ de cimento. Deverão ter faces planas e retangulares, com dimensões conforme o projeto.

11. SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

A firma empreiteira obriga-se a locar os serviços de acordo com os projetos, cabendo à Prefeitura (Fiscalização) fazer as verificações a fim de observar o real cumprimento das determinações contidas no projeto.

Cariré, 15 de Junho de 2021



Ignácio Costa Filho
Engenheiro Civil
RNO: 060415087-3





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20200599939

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

IGNÁCIO COSTA FILHO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 0604150873

Registro: 14142D CE

Empresa contratada: **ENAV PRESTACAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA**

Registro: 388350-CE

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ**

CPF/CNPJ: 07.598.600/0001-42

PRAÇA Praça Elisio Aguiar

Nº: sem

Complemento:

Bairro: **Centro**

Cidade: **Cariré**

UF: **CE**

CEP: 62184000

Contrato: **002/2018**

Celebrado em: **15/02/2018**

Valor: **R\$ 7.000,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA BAIRRO JAPÃO

Nº: **SEM**

Complemento: **BAIRRO JAPÃO**

Bairro: **SEDE**

Cidade: **CARIRÉ**

UF: **CE**

CEP: 62184000

Data de Início: **27/01/2020**

Previsão de término: **31/12/2020**

Coordenadas Geográficas: **-3.946441, -40.512714**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Código: **Não especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ**

CPF/CNPJ: 07.598.600/0001-42

4. Atividade Técnica

15 - Elaboração

Quantidade

Unidade

80 - Projeto > TOS CONFEA -> TRANSPORTES -> INFRAESTRUTURA URBANA -> DE PAVIMENTAÇÃO -> #TOS_4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS

1.301,72

m2

35 - Elaboração de orçamento > TOS CONFEA -> TRANSPORTES -> INFRAESTRUTURA URBANA -> DE PAVIMENTAÇÃO -> #TOS_4.2.1.4 - EM PEDRA PARA VIAS URBANAS

1.301,72

m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART REFERENTE A ELABORAÇÃO DE PROJETO E ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS NO BAIRRO JAPÃO - CARIRÉ/CE.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

IGNÁCIO COSTA FILHO - CPF: 777.001.633-91

Local

de

data

de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ - CNPJ: 07.598.600/0001-42

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação
- * Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 88,78**

Registrada em: **29/01/2020**

Valor pago: **R\$ 88,78**

Nosso Número: **8213811805**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: C21wC
Impresso em: 30/01/2020 às 11:10:31 por: ip: 189.45.117.56

www.creace.org.br

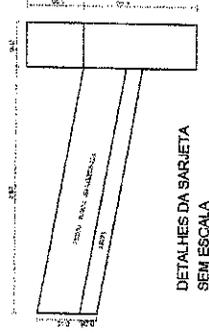
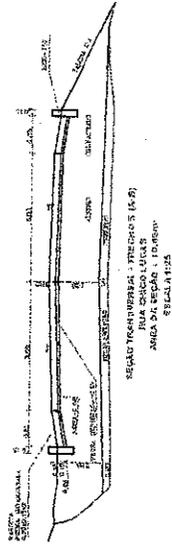
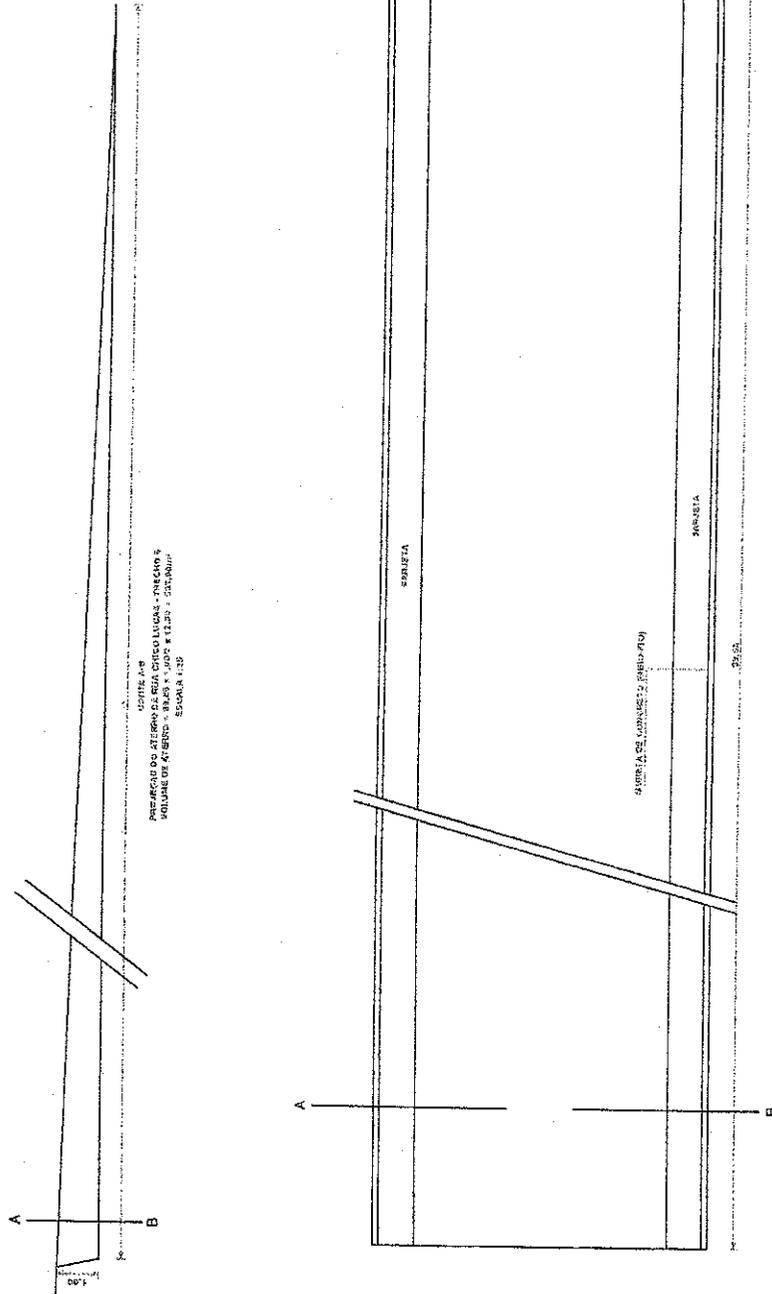
faleconosco@creace.org.br

Tel: (85) 3453-5800

Fax: (85) 3453-5804

CREA-CE
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



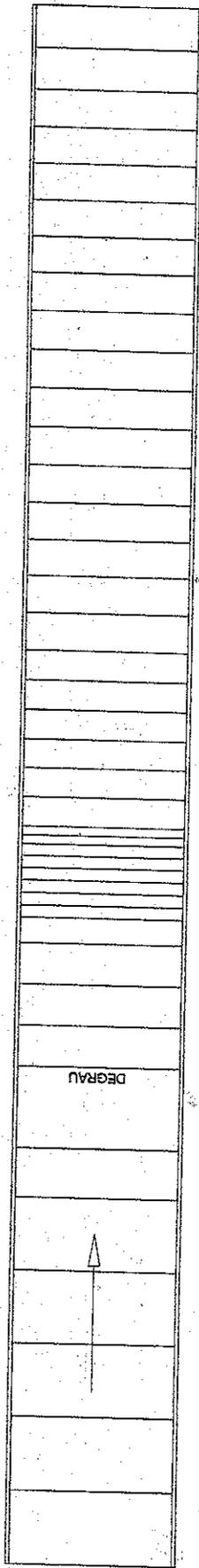


PLANTA - TRECHO 5 (RUA CHICO LUCAS)
ESCALA 1:25

| | |
|------------------------------------------------|------------------------------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ - CE | |
| SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO | |
| PROJETO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO | BARRIO JARDIM |
| PROJETO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO | PROJETO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO |
| PROJETO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO | PROJETO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO |
| PROJETO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO | PROJETO DE ARQUITETURA E DESENVOLVIMENTO |

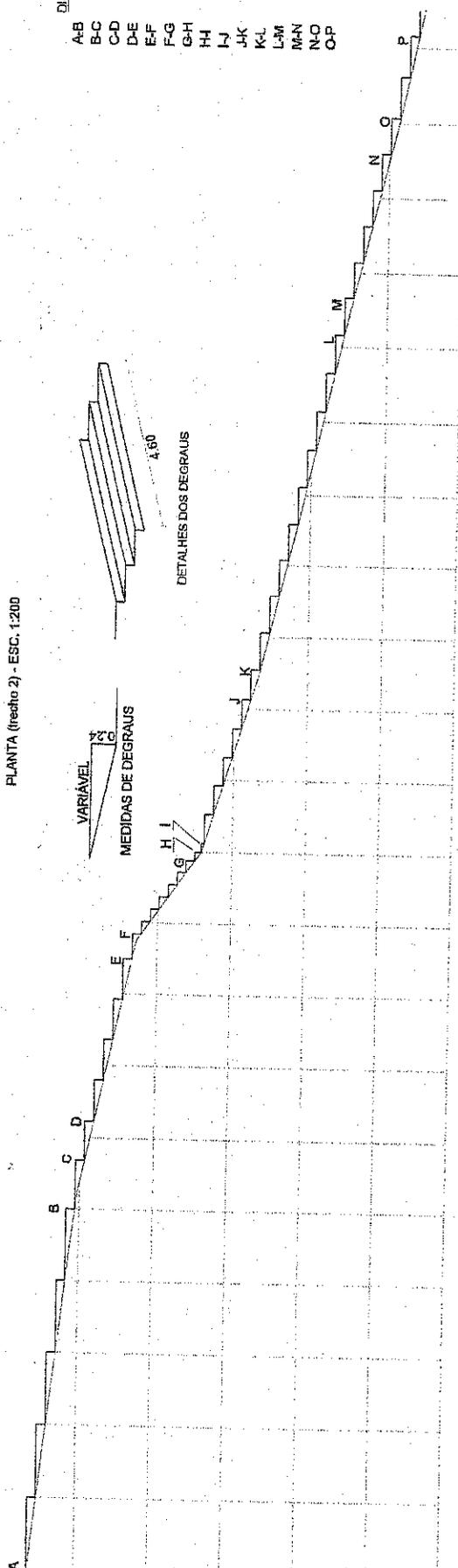
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
 Nº 63
 P.M. CARIRÉ

[Handwritten signatures and marks]



PLANTA (trecho 2) - ESC. 1:200

| DISTÂNCIAS | |
|------------|----------|
| A-B | = 10.00 |
| B-C | = 1.37 |
| C-D | = 1.10 |
| D-E | = 4.52 |
| E-F | = 0.70 |
| F-G | = 2.04 |
| G-H | = 0.24 |
| H-I | = 0.24 |
| I-J | = 4.00 |
| J-K | = 0.82 |
| K-L | = 9.18 |
| L-M | = 1.00 |
| M-N | = 3.84 |
| N-O | = 0.68 |
| O-P | = 2.20 |
| | = 42.23m |



PERFIL LONGITUDINAL - ESCALAS H 1:200 V 1:200.
TRECHO - 2 (WIDE PRANCHA 01/03)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ - CE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO

PROPOSTA Nº 001/2013
EMPRESA: []
NOME: []
CNPJ: []
RUA: [] Nº []
Cidade: [] Estado: []

PROPOSTA Nº 001/2013
EMPRESA: []
NOME: []
CNPJ: []
RUA: [] Nº []
Cidade: [] Estado: []

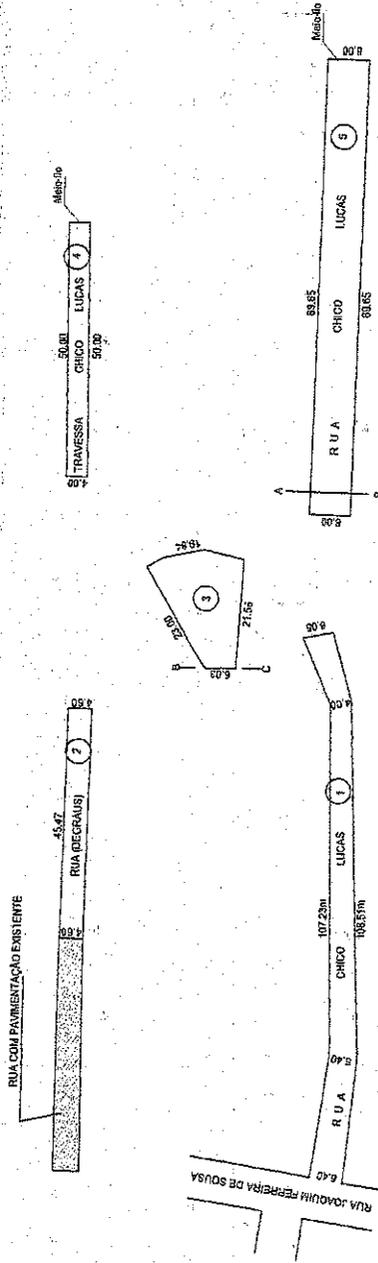
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Fl. 65
P.M. CARIRÉ

[Handwritten signatures]

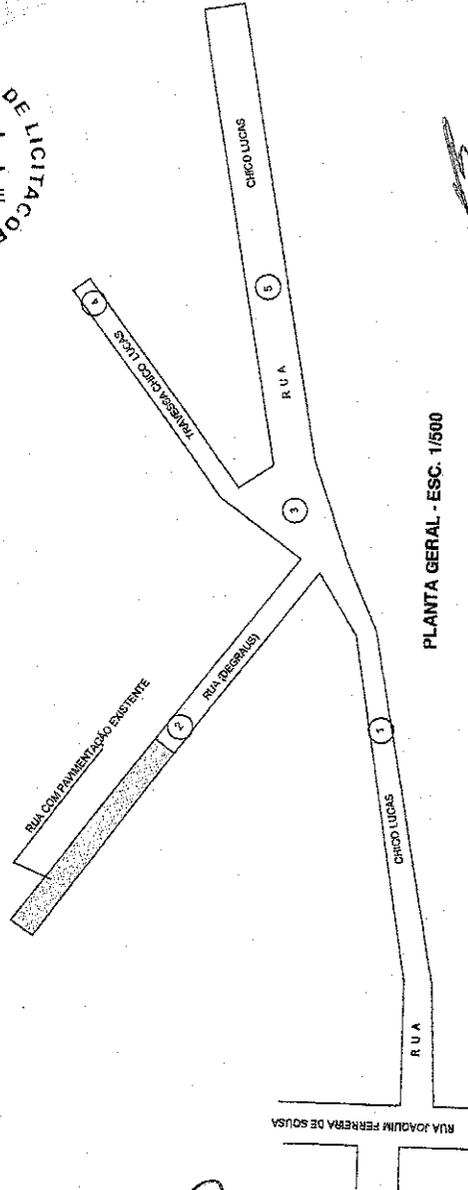
ÁREAS DE TRECHOS (m²)

- 1 = 535,59
- 2 = 209,16
- 3 = 291,73
- 4 = 200,00
- 5 = 717,20
- 1.953,68m²**

PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA:
 1.953,68m², MENOS DEGRAUS, 200,00m² =
 1.753,68m²



TRECHOS DESMEMBRADOS DA PLANTA GERAL
 ESC: 1/500



| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ - CE SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO | |
| PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA COM OPERAÇÃO SUPLENDRIZADA | BAIRRO JAPÃO |
| DATA: 01/04 | ASSINATURA: |

ag

[Signature]

[Signature]